

Lucros sobem com margem apertada

Por Paula Selmi e Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Os resultados das companhias abertas no primeiro trimestre foram melhores do ponto de vista operacional, mas com margens de lucro praticamente estáveis, o que desapontou em alguns casos. O comportamento confirmou a expectativa de recuperação econômica mais lenta no período. Ainda assim, por conta de uma base de comparação muito fraca, o lucro líquido agregado das empresas cresceu 15,8% em termos nominais, na comparação anual.

Para este trimestre e os demais, o temor dos especialistas é quanto à retomada tímida dos negócios e, sobretudo, o impacto da alta do dólar sobre as dívidas em moeda estrangeira.

O levantamento do Valor Data incluiu 263 companhias de capital aberto e não financeiras, totalizando um lucro final, atribuído aos controladores, de R\$ 20,3 bilhões de janeiro a março. A reportagem optou por desconsiderar os números das gigantes Petrobras, Vale e Eletrobras, para não distorcer a visão geral da situação das outras empresas. Se fossem incluídas, a evolução do lucro seria substancialmente menor, de apenas 3,7%.

Houve um avanço de 10,6% da receita líquida, para R\$ 350,2 bilhões, no comparativo anual. Em termos anualizados, as vendas aumentam 2,4% ante o quarto trimestre de 2017. Naquele período, no entanto, a receita havia subido 3,3% contra o trimestre imediatamente anterior.

A desaceleração ocorreu entre as empresas diretamente ligadas ao consumo doméstico e ficou nítida nas margens estáveis, avaliou Karel Luketic, chefe da área de análise da XP Investimentos. "Em linhas gerais, os resultados decepcionaram com margens mais fracas do que o esperado pelo mercado, principalmente dos nomes ligados à atividade econômica", afirmou.

Pelo acompanhamento do Valor, a margem bruta do total das empresas analisadas ficou estável em 27,5% no primeiro trimestre, e a margem Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) subiu apenas 0,3 ponto percentual, para 18,6%.

De acordo com analistas, os dados mais fracos da indústria, comércio e serviços já se refletem no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), uma espécie de prévia do PIB, registrou retração de 0,13% entre janeiro e março em relação ao quarto trimestre de 2017.

É o primeiro resultado negativo desde o último trimestre de 2016. Outro sinal de perda de impulso no crescimento do consumo veio da piora no índice de empregos, como reflexo da racionalização de custos pelas companhias. O desemprego no país foi de 13,1%, em média, no primeiro trimestre, de acordo com dados do IBGE. É a maior taxa de desemprego trimestral do Brasil desde maio do ano passado, quando o índice foi um pouco superior e atingiu 13,3%.

O levantamento do Valor mostrou ainda que o Ebitda, geralmente usado para medir o desempenho operacional das companhias, cresceu 12%, para R\$ 62,1 bilhões no trimestre. Os analistas observaram que as vendas e o desempenho operacional foram positivamente impactados por melhorias comerciais e iniciativas de marketing.

Carlos Eduardo Rocha, sócio e responsável pela asset do Brasil Plural, afirmou que como "não há um grande crescimento no Brasil", o desempenho positivo está muito específico na estratégia das empresas. "Algumas companhias têm crescimento próprio e estão menos dependentes de influências externas", afirmou. Para ele, isso é importante para garantir a sobrevivência, especialmente em ano eleitoral como em 2018.





Rocha mencionou, por exemplo, a gestão da locadora de automóveis Localiza, que priorizou o crescimento orgânico ante fusão e aquisições e buscou diversificar clientes, e a estratégia do Magazine Luiza de integração de lojas físicas e internet. No caso da locadora de automóveis, houve um aumento de 36% na receita, 34% no Ebitda e de 46% no lucro. Já a varejista, apresentou receita 29% maior, Ebitda com alta de 33% e avanço de 152% no ganho líquido.

Outro exemplo é a Estácio, que encontrou dificuldades com a redução do financiamento estudantil (Fies) e buscou criar um programa de parcelamento de mensalidades para atrair alunos, além da expansão de ensino a distância (EAD). A companhia de educação apurou incremento de 14% da receita, 54% no Ebitda e de 62% no lucro.

Para os próximos meses, no entanto, as preocupações gerais quanto ao ritmo da retomada econômica ganharam um componente importante: o câmbio. Enquanto a moeda americana subiu apenas 0,5% de janeiro a março, a alta verificada do início abril até o dia 16 de maio era de 10,7%. Em março, a cotação era de R\$ 3,32. O patamar agora é na casa dos R\$ 3,60 a R\$ 3,70.

Segundo especialistas, o dólar deve seguir pressionado, principalmente em razão das incertezas quanto às eleições no país e pelo conturbado ambiente externo. Na pesquisa Focus do Banco Central, a projeção máxima é de que o dólar chegará a R\$ 3,81 em outubro, quando acontece o primeiro turno eleitoral.

A pesquisa do Valor revelou que a dívida financeira líquida de um universo de 228 companhias aumentou 5,6% no fim de março deste ano ante igual mês de 2017, alcançando R\$ 496,2 bilhões. Apesar do volume maior, confrontando as obrigações com o Ebitda anualizado, o nível de alavancagem das empresas mostra melhora no comparativo anual, passando de 2,20 vezes para 2,09 vezes. O indicador mostra que a geração de caixa cresceu mais que o endividamento.

"Para o segundo trimestre, a alta do dólar ante o real deve beneficiar as exportadoras de celulose. Por outro lado, as companhias aéreas devem ser penalizadas com o aumento do custo dos combustíveis e alta também do preço do petróleo", destaca Luketic, da XP Investimentos.

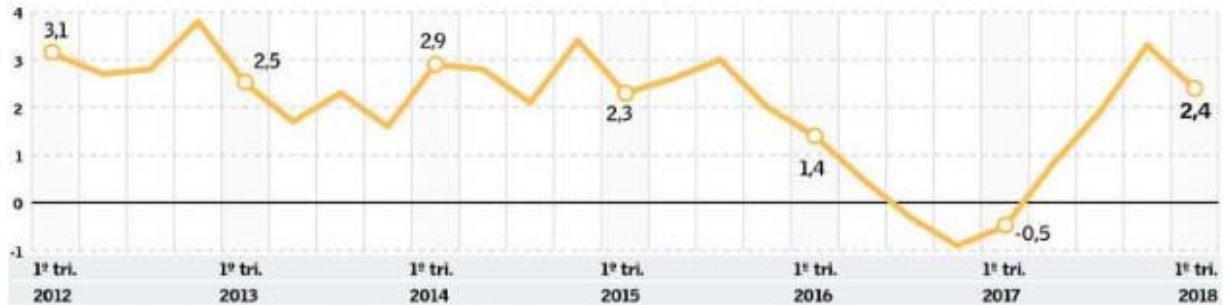




Marcha lenta

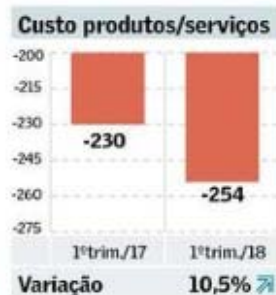
Resultados do primeiro trimestre mostraram que ritmo da recuperação econômica está abaixo do esperado

■ Variação % da receita líquida anualizada em cada trimestre (sobre o trimestre anterior)



Fontes: CVM, release de resultados das empresas e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Obs.: dados de 210 empresas com informação disponível em todo o período (últimos 29 trimestres). Exclui Petrobras, Vale e Eletrobras

■ Balanços das companhias abertas (dados trimestrais - R\$ bilhões)



■ Margens (em % da receita líquida)



Fontes: CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Obs.: dados somados de 263 empresas não financeiras com informações disponíveis em todo o período em 17/05/2018. Exclui os números de Petrobras, Vale e Eletrobras. * Atribuído aos acionistas da controladora

CNC troca de comando após 36 anos, mas favorito é acusado de nepotismo

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

Após 36 anos no comando da poderosa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Antônio Oliveira Santos, com 91 anos, desistiu de disputar a reeleição para a presidência da entidade, que controla um orçamento de R\$ 10,5 bilhões. Dois grupos se articulam para chegar ao poder - e a tendência é de continuidade.

O favorito para vencer a eleição, que ocorrerá em setembro, é o presidente da Federação do Comércio do Amazonas (Fecomércio-AM), José Roberto Tadros, 72 anos. Há 32 anos no comando da federação amazonense, ele é alvo de processos no Tribunal de Contas da União (TCU): já foi multado por irregularidades em licitações e pela contratação do filho, que não aparecia para trabalhar. Tadros conta com apoio da maioria dos dirigentes estaduais.

O principal adversário é o

presidente da Fecomércio de Sergipe, o deputado federal Laércio Oliveira (PP), 59 anos, relator do projeto de lei que regulamentou a terceirização, área de atuação de seu grupo empresarial. Reeleito para o segundo mandato na Fecomércio, ele tem como mote de campanha a renovação: quer limitar os dirigentes da CNC a dois mandatos. "As pessoas se enraízam no conforto dessas entidades e se acomodam", afirmou.

Na tentativa de ser um nome de consenso, o presidente da Fecomércio-DF, Adelmir Santana, 73 anos, se lançou candidato, mas admite que, se não for ungido, deve apoiar Oliveira. Apesar de comandar a entidade desde 2001, também defende acabar com a reeleição ilimitada. "Realmente não é republicano ficar 20 anos no comando. Mas o presidente [da CNC] sempre dizia que era seu último mandato e, se eu deixasse a Fecomércio, perderia a chance de presidir a CNC", disse.

Já Tadros afirmou que a discussão sobre a reeleição só surgiu

quando os adversários perceberam que ele tinha maioria para ser eleito e que, como o colégio eleitoral é mais qualificado, composto por empresários com boa formação, não vê necessidade disso. "É casuísmo puro", acusou. Ele diz que já decidiu, em caráter pessoal, limitar seus próprios mandatos, mas não revela por quanto tempo. "Isso é coisa de foro íntimo, não vou falar. Quando for o momento eu divulgo."

A discussão sobre a sucessão na CNC, ressaltou o favorito para presidi-la, nem deveria ser pública. "O debate deveria ser interno. A instituição é privada, nossos recursos são privados", afirmou Tadros. "Se fossem recursos paraestatais, jamais presidiria", disse.

A CNC, contudo, além do imposto sindical - que, agora que não é mais obrigatório, caiu para em torno de 20% dos R\$ 29 milhões recebidos ano passado -, ganha R\$ 500 milhões para fazer a "administração" do Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e ainda controla as duas instituições,





com um orçamento de R\$ 10,35 bilhões, dos quais 73% são de contribuições compulsórias das empresas.

Foi no comando de entidades do Sistema S, sujeitas à fiscalização do TCU, que Tadros recebeu multas por irregularidades. Num dos processos, o plenário determinou o pagamento de R\$ 1,7 milhão por superfaturamento de um campo de futebol do Sesc-AM que, segundo o tribunal, não foi construído. Tadros afirma que estava fora da gestão na época, que demitiu os responsáveis e acusa adversários na CNC de terem orientado os advogados da entidade a não defendê-lo.

Em outro processo, ele foi multado em R\$ 30 mil por falhas na gestão de pessoal e nepotismo. Seu filho, David José Nóvoa Tadros, ocupou cargo comissionado por dois anos no Sebrae-AM enquanto ele era do conselho da instituição - e, por quase um ano, presidente. Segundo o TCU, David estava nomeado ao mesmo tempo para na Câmara Municipal de Manaus e faltou em 56% de sua jornada no Sebrae. Em vez de descontado do salário, ele foi dispensado de assinar ponto.

Tadros afirmou que seu filho tem 40 anos, é formado em Direito e foi contratado antes de ele assumir a presidência do Sebrae-AM pelo diretor-superintendente, que é quem faz a gestão. "Foi uma tentativa de adocicar a minha boca para eu mantê-lo no cargo", disse. O salário, afirmou, era em torno de R\$ 2 mil. "Ele aceitou, eu imagino, porque tinha muita moça bonita lá, ele é solteirão, porque o salário era pouco convidativo", disse.

Ele afirma que, quando assumiu em janeiro, pediu a demissão, mas o superintendente disse que faria isso junto com a reestruturação do pessoal - a demissão só ocorreu em outubro. Tadros não explicou o motivo de o filho faltar em mais da metade dos dias, voltou a defender que as entidades são privadas e acusou o Valor de estar a mando de seus adversários. "Se é o Laércio que está te mandando, vai perguntar quantos empregos ele tem por aí."

Num ataque ao deputado, Tadros afirma que a CNC ficará distante da vida político-partidária porque os que se tornam parlamentares não têm independência necessária para defender suas categorias. "Via de regra, são conflitantes os interesses

de um governo que quer arrecadar sempre mais e os dos empresários", disse.

Laércio Oliveira, que mudou do Solidariedade, ligado à Força Sindical, para o PP em abril, defende que a atuação congressual é "lícita e desejável". Cita os ex-presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Armando Monteiro (PTB-PE), hoje senador, e Albano Franco (PSDB), ex-deputado. "Todos muito atuantes, trouxeram maior protagonismo e destaque à representação de suas entidades dentro do debate político", disse.

O amazonense largou na frente, com apoio da maioria dos Estados. As eleições regionais, contudo, só acabam em junho, o que pode mudar o cenário - os dirigentes de Minas Gerais e Mato Grosso, que o apoiaram, estão afastado por decisões judiciais, suspeitos de irregularidades, e as eleições ainda não ocorreram. Também há uma disputa na Justiça para ampliar o colégio eleitoral, o que favoreceria Oliveira, apoiado pelas sete federações nacionais, mas que juntas só tem direito a um voto na CNC.

Governo vai mudar modelo para nova privatização de aeroportos

Pagamento à União será ligado à receita para evitar inadimplência

Geralda Docca

-Brasília- A nova rodada de privatização dos aeroportos terá importantes mudanças em relação aos modelos anteriores. Além da concessão em blocos (serão terminais no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), o governo decidiu que os valores das outorgas a serem pagas anualmente à União pelos novos concessionários serão variáveis: equivalerão a 13% sobre a receita bruta do concessionário a cada ano. O objetivo é garantir a capacidade de pagamento das empresas com prestações compatíveis com seu faturamento. Em contrapartida, os investidores terão que desembolsar à vista, no ato de assinatura do contrato, a metade do lance. No modelo anterior, o adiantamento era de 25%. Nos leilões passados, havia dois tipos de outorgas, com valor fixo e variável (entre 2% e 10% da receita bruta).

A mudança foi decidida depois das dificuldades financeiras enfrentadas por concessionárias vencedoras dos leilões anteriores. Foi o caso de Viracopos, em Campinas (SP), que pediu recuperação judicial recentemente e pediu para devolver a concessão. Segundo técnicos envolvidos nas discussões, o objetivo do governo é reduzir o risco para o operador e

para a União. O novo modelo pode evitar, por exemplo, a reprogramação do calendário de outorga. Isso já teve que ser feito com Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Brasília, depois que a crise econômica reduziu o movimento nos terminais abaixo do estimado na época dos leilões.

LANCE MÍNIMO DE ATÉ R\$ 1 BILHÃO

Os editais deverão ser colocados em consulta pública pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ainda este mês. A expectativa dos técnicos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) é lançar os termos definitivos da licitação em setembro e realizar o novo leilão no fim deste ano. O calendário eleitoral não impede essas operações.

O lance mínimo pelos três blocos ficará entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão (os valores ainda estão sendo definidos) e os vencedores do leilão terão que investir R\$ 3,57 bilhões para expandir a capacidade dos aeroportos durante o prazo dos contratos, de 30 anos. Serão leiloados na próxima rodada seis aeroportos do Nordeste (Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Juazeiro do Norte e Campina Grande), dois do Sudeste (Macaé e Vitória) e cinco do Centro-Oeste (Cuiabá, Sinop, Rondonópolis, Alta Floresta e Barra do Garças).

Está definido que a Infraero não

terá participação nas concessões. No modelo anterior, ficava com 49%. Os vencedores da disputa terão que arcar com o custo do programa de demissão voluntária (PDV) dos funcionários da Infraero que trabalham nesses aeroportos. Durante as audiências, o governo vai bater o martelo se os atuais operadores poderão participar do leilão e se será possível um mesmo investidor arrematar mais de um bloco.

Segundo técnicos do governo, há interesse de investidores, sobretudo nos blocos do Nordeste, por causa do turismo e das condições climáticas favoráveis, que permitem operação contínua ao longo do ano. O volume de passageiros nesse bloco poderá subir dos atuais 13,2 milhões em 2017 para 41 milhões em 2049, dizem os estudos. Do investimento total previsto em toda a rodada, R\$ 2,12 bilhões serão nos aeroportos do Nordeste. Um dos destaques é Recife, que receberá R\$ 854 milhões para a ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pista e pátio de aeronaves, além da construção de um novo terminal de cargas.

O governo também recebeu sondagens de investidores sobre os aeroportos de Vitória (ES) e Macaé (RJ). O principal atrativo é a exploração de petróleo no litoral. Os investimentos previstos nos dois terminais são de R\$ 656,2 milhões,





e a projeção é que o movimento de passageiros passe dos atuais 3,2 milhões para 8,1 milhões até 2049.

Apesar de os terminais do Centro-Oeste serem de menor porte, também podem despertar o interesse do setor privado por se tratar da maior região produtora de grãos e gado do país. Os investimentos programados somam R\$ 798,3 milhões, principalmente no de Cuiabá. O governo estima que o volume de passageiros suba de 3,3 milhões para 9,3 milhões no conjunto dos terminais da região até 2049.

‘Governo deve mirar emprego; do BC nós cuidamos’, afirma Maia

Projeto que está entre as 15 medidas prioritárias para o governo na agenda econômica, a autonomia do BC (Banco Central), sempre foi um tema polêmico. Agora, porém, está no centro de mais uma disputa entre o Palácio do Planalto e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). As partes brigam pela tutela da proposta.

Inicialmente, o governo trabalhava com a ideia de aprovar um texto que seria apresentado por seu líder no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), mas uma queda de braço com Maia e possíveis questionamentos jurídicos mudaram os planos.

A Casa Civil elabora uma nova versão diante do entendimento de técnicos de que uma autoria do Legislativo poderia gerar questionamentos na Justiça, sob argumentação de inconstitucionalidade.

Por ser uma medida que concede autonomia a um ente do Executivo, o corpo jurídico do Palácio do

Planalto entendia que poderia haver um "vício de iniciativa" se a autoria for do Congresso, impedindo o avanço da proposta.

Maia, contudo, resiste ao gesto do governo e já preparou uma resposta para eventuais questionamentos: foi apensada ao documento relatado pelo deputado Celso Maldaner (MDB-SC) uma proposta antiga sobre o tema, enviada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Maia, esse ato encerraria a discussão sobre eventuais problemas de constitucionalidade. "O governo tem que se preocupar com emprego", respondeu ele à Folha ao ser indagado sobre a votação da medida. "Deixa que do Banco Central nós cuidamos", completou.

Embora tenha agido como aliado do presidente Michel Temer no início do governo, Maia mudou de atitude nos últimos meses e tem se afastado do Planalto para não ser contaminado com os 70% de rejeição, segundo Datafolha, que

atingem Temer.

O presidente da Câmara foi lançado pelo DEM em abril como pré-candidato à Presidência da República.

Ele promete colocar em breve em votação a proposta que modifica o papel do BC.

Pelo texto em discussão, a instituição deverá ficar livre da subordinação ou tutela de qualquer ministério e se reportará, assim como uma autarquia, ao Planejamento.

O presidente do BC deixa de ser ministro, o que não chega a desagradar à atual equipe econômica. Sem o status, afirma uma fonte do governo, o presidente do BC fica ainda mais imune às pressões políticas.

Os diretores e presidente serão indicados pelo presidente da República, após sabatina no Senado, como já funciona hoje. E só poderão reeleitos apenas uma vez.

Novo prazo para rodovias fica no papel

Governo desistiu de propor o alongamento, para 14 anos, do prazo para investimento em concessões rodoviárias; empresas criticam decisão

Lu Aiko Otta

Ao contrário do que prometeu às concessionárias, o governo decidiu não mais propor medida provisória (MP) ou projeto de lei para alongar de 5 para até 14 anos o prazo para a realização de investimentos prometidos em contratos de concessão de rodovias federais. Considerado fundamental para salvar principalmente os empreendimentos leiloados no governo de Dilma, esse prazo adicional poderá até ser criado, desde que seja uma proposta do próprio Congresso Nacional. O governo chegou a editar uma MP no ano passado, de número 800, para permitir a mudança dos contratos. Ela, porém, não foi

votada pelo Congresso a tempo. Perdeu a validade no fim de fevereiro sem produzir efeito, apesar de a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ter recebido quatro pedidos de alongamento de prazo com base na MP.

Quando a MP perdeu a validade, o governo prometeu editar uma nova MP ou enviar ao Congresso um projeto de lei com pedido de tramitação em regime de urgência. A promessa, porém, não foi cumprida. Segundo informou ao Estado o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro, os termos da MP 800 poderão ser recriados por um projeto de lei a ser apresentado por algum deputado da base governista. Mas ainda não está decidido se a iniciativa será tomada. No momento, é feita uma avaliação política sobre as chances de a iniciativa avançar. "Já estou pronto a apresentar (o

projeto de lei), desde que o governo apoie e o presidente da Câmara se comprometa em pautar", disse o deputado Maurício Quintella (PR-AL), que era o ministro dos Transportes quando a MP 800 deixou de vigorar.

Além de dar mais prazo para os investimentos, o projeto de lei vai prever punições para a concessionária que, beneficiada com o prazo mais longo, volte a ficar inadimplente. Nesse caso, ela será declarada inidônea e ficará dez anos sem poder contratar com o governo. "É lamentável", disse o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, César Borges, em relação à decisão do governo. Ele acrescentou que, sem uma nova adequação dos prazos, as rodovias serão devolvidas, quando o governo concluir o decreto da relicitação. "Isso trará atraso maior dos investimentos e, certamente, tarifas de pedágio maiores."





SEM SOLUÇÃO

RODOVIAS DO TERCEIRO LOTE DE CONCESSÕES



FONTE: ANTT

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONCESSIONÁRIAS/ TRECHOS ADMINISTRADOS	INVESTIMENTOS PREVISTOS EM DIA?	PEDIU ALONGAMENTO DE PRAZO?	PEDIU PARA DEVOLVER A CONCESSÃO?
1 Concebra BRs 060, 153 e 262 (GO, DF e MG)	Não	Sim	Não
2 Eco 101 BR 101 (BA e ES)	Não	Não	Não
3 Ecoponte Ponte Rio-Niterói	Sim	Sim	Não
4 MGO BR 050 (MG e GO)	Sim	Sim	Não
5 MS Via BR 163 (MS)	Não	Não	Não
6 Rota do Oeste BR 163 (MT)	Não	Sim	Não
7 Via 040 BR 040 (DF, GO e MG)	Não	Não	Sim

Para evitar despesas, governo tenta apressar a relicitação

Mecanismo permitirá que concessões fiquem nas mãos dos atuais administradores até serem relicitadas

Os problemas financeiros enfrentados por concessionárias de rodovias e aeroportos, principalmente as que arremataram empreendimentos leiloados no governo de Dilma Rousseff, aumentam o risco de esses negócios voltarem às mãos do governo e trazerem novas despesas. Um exemplo é o da BR-153 em Goiás e Tocantins, que foi concedido à Galvão. Praticamente abandonado, sem receber investimentos, o trecho acabou retomado pelo governo, que precisou fazer um tapa-buraco de emergência. Na mesma trilha estão o aeroporto de Viracopos, que tem processo de caducidade aberto pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a ferrovia Transnordestina e alguns trechos rodoviários que a Agência Nacional de Transportes

Terrestres (ANTT) não revela quais são.

Para evitar essa nova pressão sobre o caixa federal, o governo promete colocar em funcionamento o mecanismo da relicitação, a devolução de concessões problemáticas para serem novamente leiloadas. Enquanto não há esse leilão, as concessões permanecem sendo tocadas pelos administradores. Mas, para que isso funcione, falta editar um decreto estabelecendo as regras do novo mecanismo. Para as rodovias, outra via possível para reequilibrar o caixa é a aprovação de um prazo mais longo para realizar as obras de duplicação previstas no contrato. Essa via depende da aprovação de uma lei pelo Congresso. E ela ainda não foi sequer proposta. "Havia dúvidas no mercado se iríamos fazer o decreto da relicitação, mas nós vamos", disse o ministro dos Transportes, Valter Casimiro. Essa via também aumenta as chances de

os credores recuperarem seus créditos, segundo destacou o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, que tem R\$ 2,5 bilhões aportados em Viracopos.

"O pior cenário é o da caducidade", afirmou. Caso o aeroporto seja devolvido ao governo, ele será leiloado novamente e a taxa de outorga que o novo concessionário concordar em pagar vai servir para indenizar os credores. Primeiro, serão quitadas as dívidas da antiga concessionária com o governo. O BNDES se enquadra nesse primeiro grupo. Depois, virão os demais credores. Dyogo admite que, dependendo do que for arrecadado no leilão, o banco pode ter perda com a relicitação. Por isso, o BNDES prefere uma "solução de mercado" para Viracopos. Ela pode ser viabilizada tanto em caso de relicitação quanto no processo de recuperação judicial. / L.A.O.

CONJUNTURA »

Escalada do petróleo acende alerta no BC

Aumento das cotações internacionais do produto e alta do dólar pressionam custo dos combustíveis no país e podem ter impacto na inflação. Encarecimento das tarifas de energia elétrica também preocupa autoridade monetária

» HAMILTON FERRARI

O aumento de preços administrados — aqueles estabelecidos em contrato, ou monitorados pelo governo — acendeu o alerta no Banco Central (BC) para o ressurgimento de pressões inflacionárias havia muito tempo adormecidas. A alta do petróleo nos mercados internacionais, por exemplo, está encarecendo o preço dos combustíveis no país. A cotação do petróleo tipo Brent chegou a ultrapassar US\$ 80, ontem, patamar que não era atingido desde 2014, embora tenha terminado o dia em US\$ 79,52. O movimento também é impulsionado pelo dólar, que ontem superou R\$ 3,70, acumulando a quinta elevação consecutiva. Além disso, as revisões tarifárias de energia elétrica estão superando as projeções dos analistas, chegando a mais de 20% em alguns casos.

O mercado já está revisando para cima as previsões de alta dos preços administrados. No boletim Focus divulgado nesta semana pelo

BC, os economistas consultados aumentaram a estimativa de alta nos preços desse grupo de produtos em 2018. A mediana das projeções avançou de 5% para 5,2%. Por enquanto, a autoridade monetária espera alta de 4,8%.

Principais desencadeador desse movimento, os combustíveis já estão sendo fortemente impactados pela alta do dólar e do petróleo no mercado externo. A partir de hoje, por exemplo, o óleo diesel e a gasolina estarão 0,95% e 1,8% mais caros, respectivamente, nas refinarias da Petrobras. É o quarto reajuste anunciado nesta semana pela estatal. Os preços dos combustíveis têm se mantido em alta desde que a empresa anunciou a nova política de preços, com ajustes quase que diários baseados nas cotações do petróleo no exterior e da taxa de câmbio entre o dólar e o real.

Segundo economista-chefe do banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, os avanços do câmbio e do petróleo nas últimas semanas geram expectativa de impacto maior na inflação deste ano. Segundo cálculos do especialista, a elevação dos preços administrados pode representar 2,2 pontos percentuais no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2018. “Assim como ocorreu no ano passado, eles serão os grandes vilões, porque os preços livres terão variação muito menor do que a média, atingindo 1,8

ponto percentual. O grupo alimentação, por exemplo, teve um início de ano muito mais tranquilo do que o esperado do ponto de vista inflacionário”, ressaltou.

Os analistas avaliam que essa também foi uma das razões de o Banco Central ter optado por manter a taxa básica de juros (Selic) em 6,5% ao ano, evitando maiores pressões inflacionárias. “O avanço dos preços administrados deve, sim, ter um impacto no IPCA, e esse foi mais um dos motivos que justificam a decisão acertada do BC em manter a taxa”, avaliou Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central. “Além da alta do dólar, temos o aumento do preço do petróleo. Então, há um impacto duplicado”, completou.

Revisões

De acordo com o IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os preços dos combustíveis subiram 3,31% neste ano, impulsionados pela alta da gasolina e do diesel, que aumentaram 3,37% e 4,02%, respectivamente. A elevação do petróleo também impacta o botijão de gás, mas a política de preços adotada pela Petrobras, no caso específico desse produto, é de reajustes trimestrais, o que retarda o repasse da escalada das cotações externas ao bolso do consumidor.





Do lado do preço da energia, os analistas afirmam que as novas tarifas estaduais anunciadas já estão “precificadas” nas análises do boletim Focus, mas advertem que os reajustes têm ficado acima do esperado. Além dos aumentos anuais que seguem a variação de índices de inflação, cada companhia de energia

tem direito a revisões tarifárias, que são realizadas a cada quatro anos, para preservar o equilíbrio financeiro das concessões. Várias revisões foram feitas na casa de dois dígitos, com uma delas superando 20%. O mercado está atento às novas correções que devem ocorrer até o final do ano.

Produto inflamável

Além do cenário externo desfavorável, o Banco Central (BC) avalia o impacto na inflação com o aumento dos preços administrados, principalmente o do petróleo



PRESSÃO

De acordo com especialistas, os preços administrados serão os vilões do índice de preço neste ano, podendo responder por dois pontos percentuais do IPCA. Esse também foi um dos motivos para o BC colocar o pé no freio nos cortes da taxa Selic

EVOLUÇÃO

Nos últimos 30 dias, o preço do barril tipo Brent aumentou 11,34%. No acumulado do ano até 17 de maio, a alta foi de 18,42%. Ontem, o produto chegou a ultrapassar US\$ 80.

Varição do Brent neste ano Valor (em US\$)



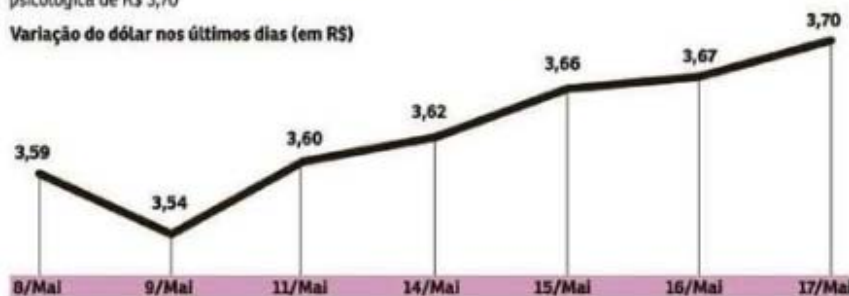
NA BOMBA

Desde 2016 a Petrobras adota uma política de preços baseada na variação do preço do petróleo e do dólar, que também está subindo. Os motoristas deverão sentir os aumentos no bolso

SEM FREIO

A moeda norte-americana subiu 0,68% ontem. Foi a quinta alta consecutiva, superando a barreira psicológica de R\$ 3,70

Varição do dólar nos últimos dias (em R\$)



CONTA SALGADA

Do lado da energia, as revisões tarifárias nas companhias estão maiores do que o esperado, segundo analistas. Os reajustes variam de 5,14% a 21,44% nos estados.

Fontes: Bolsa de Valores de São Paulo (B3), Aneel, Thomas Reuters e especialistas